ATA N.º 1647/14

Aos quinze dias do mês de maio de dois mil e quatorze, reuniu-se o Legislativo Municipal, *em Sessão Ordinária,* presidida pelo Vereador Renato Antonio Kranz (PMDB), Presidente da Mesa Diretora 2014, e secretariada pelo Vereador Marcos Roberto Gehlen-Tuco (PT), 1.º Secretário. Presentes os demais Vereadores: Ademir Fachini (PDT); Ari Arnaldo Müller (PDT); Carlos Einar de Mello–Naná (PP); Gustavo Zanatta (PP), 2º Secretário; Joacir Vanderlei Menezes da Silva (PMDB); Márcio Miguel Müller (PTB), Vice-Presidente; Roberto Braatz (PDT); e Rosemari Almeida (PP). *Às dezenove horas e dois minutos*, a Presidência abriu os trabalhos e solicitou ao Secretário que procedesse a leitura do salmo bíblico e do Resumo da Ordem do Dia da Ata da Sessão Ordinária anterior - 1646/14 - que foi devidamente aprovada. Também foram aprovadas as Atas 1644/14-Sessão Solene de Diplomação dos Vereadores Mirins 2014 e de entrega do Certificado de Participação às Escolas e 1645/14-Sessão Solene alusiva ao Aniversário de 141 anos de Montenegro. *Após,* foi lido o Expediente e dado seu destino*. Na sequência*, teve início a Hora dos Oradores. *O primeiro a se manifestar foi o* **Vereador Roberto Braatz,** *nos seguintes termos*: Senhor Presidente, integrantes da Mesa Diretora, Senhora Vereadora, demais Vereadores, Presidente da Associação de Moradores do Bairro Santo Antônio, Pedrinho que uma vez mais acompanha a sessão, Márcio Reinheimer do Jornal Ibiá, a imprensa, a todos meus cumprimentos, Rádio Viva está aí presente com seu representante, JPTV. Alguns assuntos me trazem à Tribuna, um eles a respeito da Receita Federal, nós, Câmara de Vereadores, aprovou em dois mil e doze, se não me engano, um projeto cedendo uma área, destinando uma área e que integra hoje, salvo juízo melhor o patrimônio da União para a Receita Federal construir a sua unidade. Hoje está localizado na Rua João Pessoa, em um prédio alugado e nós naquela época aprovamos a cedência, a destinação para a União. Só que de lá para cá, nós não víamos evolução, nós não víamos nada de novo, nós estamos a praticamente a dois anos daquele ato, daquele fato e quando passava um ano ou um pouco mais tivemos uma reunião aqui na sala de reuniões da Câmara, com representante da Receita Federal para nós nos inteirarmos, afinal como está o processo? Em que pé está? Para quando vai iniciar a construção? E naquela oportunidade foi até mostrado uma animação de um projeto que é modelo para todo Brasil e nós nos sentimos muito motivados, até porque foi colocado para nós uma data que era a data de final de ano para o início da construção, ou o início de dois mil e quatorze; a reunião aconteceu em agosto do ano passado. Bem, março, passado meio ano, cento e oitenta dias, um pouco mais, anda de novidade, nós voltamos a apresentar nesta Casa aceitou o requerimento pedindo novamente o encontro com a Receita Federal, ela havia sido inicialmente marcada para o início de abril, um mês atrás, e depois os integrantes da Receita Federal solicitaram que fosse adiado este encontro, que fosse postergado este encontro, que fosse marcado outra data no mês subsequente que é o mês de maio, este mês que estamos agora. De fato a reunião aconteceu agora nesta semana e uma coisa extremamente positiva que nos deixa muito

esperançoso, motivado é de que o Senhor Linhares, que é o delegado da Receita Federal, cuja sede é em Santa Cruz, nos afirmou que no dia nove de maio, semana passada, sexta feira, amanhã fará uma semana, eles protocolaram então o projeto que embasará posteriormente um processo licitatório para a empresa que construirá a unidade. Então isso nos deixa muito motivados porque nós enxergamos agora de forma concreta a construção do prédio; o que é bom, o que é positivo para a unidade, mas também é interessante e positivo para Montenegro, este sobretudo para o lado oeste que cito sempre com muito carinho, muita dedicação, porque isso vem como sendo um indutor, ajuda e induz o desenvolvimento do lado oeste. É mais um órgão público que estará lá, ele não quis precisar datas até porque ele disse assim: "não quero criar expectativas porque nós"... Esta empresa tinha sessenta dias para elaborar o projeto e na verdade se passaram nove meses até que foi protocolado no setor de obras da Prefeitura. Então ele não quis precisar em uma nova data com medo, com receio de que estes prazos poderiam ficar muito distantes do ideal, do normal até mesmo. Mas enfim então é uma boa notícia, mês de maio, aliás, tem sido um mês de muitos bons acontecimentos, muito boas noticias semana passada aqui neste mesmo espaço, relatei em contato com a superintendência regional da Caixa Federal que semana que vem poderá ser assinado o contrato com a empresa que construirá o prédio da agência autônoma da Caixa Federal na grande Timbaúva, no bairro Timbaúva propriamente dito na Bruno de Andrade e que atenderá toda Montenegro claro, mas que de forma mais especifica, mais direcionada para o lado oeste da nossa cidade, nosso munícipio de Montenegro. Agora dia treze, anteontem estive no Banrisul, banco do estado do Rio Grande do Sul, solicitei ao dedicado e valoroso Deputado Vinicius Ribeiro do PDT que marcasse uma audiência com a presidência do Banrisul e lá nós fomos recebidos pelo Presidente do Banrisul, o Senhor Túlio Zamin e nós fomos levar lá uma reinvindicação da comunidade da grande Timbaúva porque o que acontece lá? Para a instalação de uma agência autônoma, mas por que isso? Porque hoje o que tem do Banrisul na grande Timbaúva, também na Bruno de Andrade é um posto de atendimento, com dois funcionários; é um atendimento com todo esforço que se dedicam os funcionários, mas precário, não atende a necessidade, a demanda de quem lá mora, dos empresários, o horário não é só diferenciado, mas é menor o horário de funcionamento. Então levamos está preocupação para o senhor Túlio Zamin, porque pelo tamanho do Rio Grande, pelo tamanho da empresa ele não tem como saber em cada unidade, em cada município como é a situação e cabe a nós, cabe às lideranças levar ao conhecimento apesar dos números que tem, que são checados com a gerência local, mas cabe a nós levar as potencialidades, as necessidades, as reinvindicações da comunidade que muitas vezes não chega nem mesmo nos funcionários e principalmente na gerencia local e que por consequência as repassa porque não tem conhecimento a um chefe, ao seu superior ou no caso a diretoria e a presidência. E nós fomos calorosamente acolhidos pela presidência do Banrisul, nos apresentaram dados, números coincidente com o que estamos

apresentando lá naquela oportunidade e entenderam e nos disseram que como está não vai ficar, não é possível permanecer aquele tipo de atendimento. Nos garantiram que vai melhorar o atendimento, primeiro; segundo vai agora até final de setembro uma rodada dos números com os demais membros da diretoria do Banrisul para definir se será instalado uma agência, o que é bem provável, segundo eles é o mais provável ou ampliar o atendimento, mas ampliar o atendimento significa estar em outro local, se se vai mudar o local e isso forma colocações do próprio presidente, então que se instale lá uma agência autônoma. Então muito interessante a audiência, uma necessidade que se faz para aquela região que em última análise vem também beneficiar o conjunto dos moradores de Montenegro que não beneficia só o lado oeste em especial, mas vem atender até a demanda do centro, porque uma vez estando aqui a casa lotada do Banrisul as pessoas poderão se socorrer de uma agência lá na grande Timbaúva. Então fico muito feliz porque são três fatos, três acontecimentos, três notícias muito positivas, que nos deixam muito entusiasmados para tocar, afinal, nelas nós temos uma atuação forte, tem ali um dedo deste Vereador no sentido de que ele desde dois mil e seis ou dois mil e sete vem aqui lutando e batalhando e a Receita Federal que foi uma iniciativa lá da Receita Federal e que o governo anterior teve o cuidado de apresentar o projeto, mandar para a Câmara o projeto cedendo uma área, nós não podemos esquecer, temos que estar vigilantes, porque por vezes e muitas vezes e não raras vezes as coisas que estão para acontecer elas acabam não acontecendo, então vamos estar espertos, vigilantes, atentos e eu fiquei muito feliz com a notícia, de novo, com a Caixa Federal que vai assinar nos próximos dias o contrato com a empresa que foi a vencedora do concurso licitatório, que a Receita Federal vai construir, tem recurso no orçamento e terceiro, que o Banrisul tem uma sinalização, extremamente forte e positiva de uma instalação de uma agência autônoma na grande Timbaúva. **Vereador Márcio Müller:** Senhor Presidente; Senhora Vereadora Rose; demais Vereadores; imprensa; senhores que nos visitam; Luiz Henrique, Presidente da Associação; Pedrinho, do Renner; Mari, servidora; Ivanzinho, o nosso boa noite. Vejo, Senhor Presidente, nós estávamos em Brasília essa semana, muito boa a décima sétima marcha em busca de recursos para os municípios, com o discurso dos presidenciáveis, com visita aos gabinetes dos deputados, ao senado federal. Foi muito importante, interessante e profícua a nossa estada lá em Brasília até o dia de hoje. Retornando, vejo a reportagem que, felizmente, a rua Campos Neto está pronta, inaugurada. Pergunto a Vossa Excelência, o Senhor Presidente, o senhor que é do PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro), ou até mesmo para o Vereador Joacir Menezes, se o seu prefeito foi convidado para ajudar a cortar, tendo em vista que mais de cinquenta por cento da obra é responsabilidade da sua Administração, que fez todo o projeto, que buscou o recurso, que deixou pronto para iniciar. E, somente depois de dezesseis meses, agora vem a inauguração. Que bom, né?! Que bom que foi inaugurado, a Campos Neto, para a felicidade das pessoas que moram ali. E, ao mesmo tempo, ficaram preocupados, porque ficou uma via extremamente

perigosa, estreita, com dois carros estacionados, um em cada lado. Ficou estreita aquela rua, ficou perigosa, muito perigosa. Mas eu não vejo aqui foto do senhor prefeito anterior participando. Não sei se foi convidado e não vejo a sua foto também, Senhor Presidente. Se o senhor foi convidado, se não foi convidado. O senhor poderia me responder se o Poder legislativo foi convidado ou não? Se o prefeito, presidente do seu partido, foi convidado ou não? O senhor tem o aparte, Vereador. *Em aparte, o Vereador Renato Kranz:* Na verdade, nós recebemos o convite na tarde anterior à inauguração, por telefone, o Prefeito ligou para mim, convidando a Presidência e os demais Vereadores, e nós repassamos aos gabinetes, convidando os demais Vereadores para a solenidade de inauguração. Nós já tínhamos outra agenda, naquele momento não tínhamos como, e eu solicitei, então, tínhamos a ausência de vários Vereadores, consegui então que o Vereador Joacir, tendo sido o Líder do Governo Percival nesta Casa, representou o PMDB na inauguração. Mas não estava o ex-Prefeito Percival, não foi convidado e não estava presente. *O orador retoma a palavra:* Vejo também que o ginásio da Escola José Pedro Steigleder até hoje também está com problema no telhado, muito embora o Líder do PDT (Partido Democrático Trabalhista) tenha feito uma reunião ano passado. E agora, muito importante também, que ele está em lua de mel com o governo, talvez saia a arrumação do telhado daquele ginásio, tendo em vista que o seu governo ficou um ano com problema no telhado e agora já faz dezesseis meses que não foi arrumado, mesmo tendo previsão orçamentária para arrumar o telhado ano passado já, nada foi feito. Espero que não se passe os quatro anos e fique assim, o telhado com aquele problema. Como disse a própria criança aqui que estava falando: "Também deve ser olhado o nosso ginásio, que precisa ser terminado, isso está sendo um perigo para nós". Disse o jovem que falou durante a quebra de protocolo, ao Senhor Prefeito Municipal. Mas o que me deixa mais indignado com a situação, Vereadores, senhores que nos visitam nesta noite, na segunda-feira de manhã, pegando o jornal da cidade, nós vimos aí – com licença, Vereador – antes de embarcar no avião: "Joalheria no Centro é assaltada pela terceira vez", ficou o jornal lá em Brasília, Nossa Senhora! Aí, retornando hoje, fui me inteirar das notícias, jornal de terça, jornal de quarta. O jornal de terça-feira diz: "Polícia registra mais de três furtos por dia em Montenegro"; "Taxista pensou que iria morrer"; "Polícia Civil procura testemunhas do roubo". Então, a situação está ficando difícil. Aí já no jornal de quarta: "Com medo de furto, mecânico atira em menor e acaba preso". Aí, lá na página central, diz: "Câmera flagra ladrão" e diz aqui ainda, uma senhora diz, o outro diz: "Me sinto um presidiário dentro da minha casa", "Insegurança pública, onda de furtos assusta os moradores". E a senhora Clara Rosane Silva, de cinquenta e dois anos, é uma das muitas que não descansa: "Não tem como você dormir e relaxar após você saber e ver que estava do lado de um marginal", explica ao lembrar do momento em que foi furtada. Então, senhores e Vereadores, quantos anos de luta, eu não estive presente nesta Casa, mas quantos anos de luta foram necessários para se conseguir os recursos para o videomonitoramento em Montenegro? Quanta conversa, quanta reunião

rendeu? O próprio empresário que foi assaltado disse que já não acreditava mais em nada, porque muitas reuniões foram feitas e nada foi realizado até hoje. Aí, quando se tem o recurso destinado para o videomonitoramento, quando se tem um contrato assinado com a empresa que iria realizar o videomonitoramento para trazer mais segurança para o nosso Centro, para a Timbaúva, o que o Governo faz? Rescinde o contrato. Por interesse público? Talvez, me parece, não sei. No final do ano o governo... Aliás, numa reunião aqui o Governo disse que em agosto estaria funcionando o videomonitoramento em Montenegro. Passou-se o mês de agosto – mês do cachorro louco – e nada! No final do ano, o Prefeito pediu trezentos e cinquenta mil reais para a Câmara. A Câmara fez um protocolo, cedendo trezentos e cinquenta mil reais para o Prefeito e sequer o Prefeito veio aqui assinar o protocolo do que ele pediu. Então, vejam os senhores que, realmente, não há interesse para colocação do videomonitoramento. Talvez haja interesse que os marginais venham da região metropolitana e se sirvam dos empresários aqui e das pessoas do nosso Município, como está acontecendo, notícias diárias de assaltos, furtos, roubos. Viajando para Brasília, conversando com o Vereador Tuco, amadurecendo a questão, nós vamos fazer uma CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito) aqui na Câmara de Vereadores, já conversado com todos os Vereadores, aqui ditos de oposição. Vamos realizar uma CPI do videomonitoramento e ver o que aconteceu, por que o contrato foi rescindido? Por que não foi realizado até hoje? Porque até agora não há nada na Prefeitura, de projeto de videomonitoramento. Vamos ir a fundo, assim como fomos do lixo. Agora não dá para dar desculpa que tem que investigar o passado, que o videomonitoramento existe a partir de um processo em diante até a rescisão do contrato. Vamos investigar isso, por que foi rescindido? Por que não foi realizado? Por que não está sendo feito nada? E queremos saber as respostas. Quinta-feira vai entrar o requerimento aqui. Queremos saber por que as coisas não estão acontecendo, e que já deveriam ter acontecido há muito tempo, já deveria estar funcionado desde o ano passado. E, até agora, nada, absolutamente nada! **Vereador Renato Kranz:** Senhor Presidente, Vereador Márcio Müller; meus cumprimentos à Mesa; Vereador Marcos Gehlen; Vereadora Rosemari Almeida; aos demais Vereadores; à Assessoria de Comunicação; servidores; imprensa: JPTV, Jornal Ibiá, Rádio Viva; ao Luiz Henrique Soares de Mello, Presidente da Associação Comunitária do Bairro Santo Antônio; servidora do Município, a Assistente Social Mara Martins; Pedro Martins e demais pessoas que esta noite estão aqui junto aos trabalhos da nossa Câmara de Vereadores. Em primeiro lugar, o que me traz esta noite à Tribuna é dentro do pensamento e do pronunciamento do Vereador que me antecedeu, Márcio Müller. A questão, que acho muito séria na nossa cidade, da bandidagem que vem de fora, porque os municípios ao nosso redor, principalmente os do Vale dos Sinos, todos eles têm o videomonitoramento e lá bandido não tem vez. Lá, os prefeitos não gostam da bandidagem. Lá, com a Brigada Militar, com as forças de segurança, os bandidos são expulsos, são presos. Aqui é diferente. Jornal Ibiá de segunda-feira: "Relojoaria sofre terceiro assalto e dono faz desabafo". O

crime ocorrido no sábado foi o segundo no Centro, só semana passada, na Ramiro Barcelos. Dois assaltos, um na loja de celulares um pouco acima e este na esquina da rua Ramiro Barcelos com Osvaldo Aranha. Bem ali naquela esquina estava contratada, Vereador Tuco, empresa para colocar uma câmera de videomonitoramento. Bem naquela esquina, assim como na Santos Dumont com a Ramiro Barcelos, na Olavo Bilac com a Ramiro, na José Luiz com a Ramiro, na entrada da cidade defronte à Ambev, na rua Osvaldo Aranha, junto ao trevo da RSC 287 com a rua Buarque de Macedo, na Rodoviária, na RSC 287 na entrada do bairro Cinco de Maio, na RSC 287 na entrada da rua Juvenal Alves de Oliveira, na rua Bruno de Andrade esquina Hans Varelmann, na saída da RSC 287 com a RS 124 perto da Unisc (Universidade de Santa Cruz do Sul), na entrada da RSC 287 com a RS 124, junto ao Clube Grêmio Gaúcho na Timbaúva e na rótula da avenida Ernesto Popp em frente ao Albergue. Talvez esquecesse uma, mas treze câmeras de videomonitoramento, projeto elaborado por um dos maiores especialistas da área, que fez todo o videomonitoramento do município de Canoas, projeto licitado, empresa contratada para execução e quando do início da obra o Senhor Prefeito Paulo Euclides Garcia de Azeredo cancelou o contrato entre o Município de Montenegro – não era o contrato entre o Prefeito Percival e a empresa, mas o contrato entre o Município de Montenegro e a empresa, para executar o serviço. Esta mesma empresa, em várias reuniões que fizemos aqui nesta sala, se viu agredida, ofendida pelo Senhor Prefeito Municipal, porque ele disse que havia superfaturamento, e esta empresa foi buscar seus direitos na Justiça. O Município, com absoluta certeza, porque não é o Prefeito Percival que assinou, mas ele, como ente político público responsável, assinou em nome do Município de Montenegro. Quem vai responder, quem vai pagar esta conta somos nós, contribuintes de Montenegro, porque esta empresa vai, sim, com absoluta certeza, ter a sua indenização garantida judicialmente por Perdas e Danos. Este processo já está correndo na nossa Justiça. Pode levar anos, mas, infelizmente para nós, contribuintes, vamos pagar esta conta. Tudo isto não seria problema nenhum se este governo, que se comprometeu aqui perante a Câmara de Vereadores, perante a população montenegrina, que faria em oito meses o que o governo anterior não fez em oito anos, isto está na ata, mas que faria muito mais do que treze câmeras com muito menos dinheiro. Quanta demagogia! Quanta mentira! E nós ouvimos isto. O que nos resta? Como diz o comerciante: "'Estamos à mercê dos delinquentes', desabafou Schmitz". É um misto de revolta e desânimo. Nós cidadãos, nós representantes da nossa sociedade, do povo desta cidade, nós também e eu, como Vereador desta Casa, sinto revolta, Vereador Tuco, e sinto também desânimo porque temos na nossa cidade um prefeito que protege bandido, porque um prefeito que cancela, que rompe um contrato do Município com uma empresa para segurança de seu povo, e vem enrolar, vem mentir para esta Casa, só pode estar a favor da bandidagem. Não acredito! Se o Prefeito desta cidade fosse um homem minimamente responsável, teria dado continuidade ao processo de instalação das câmeras de videomonitoramento. O pior, Vereador

Márcio, foi quando rompeu o contrato, a justificativa: interesse público. Interesse público! Como é que este empresário que foi assaltado, suas duas funcionárias que foram amordaçadas, jogadas no fundo de uma sala, no chão, humilhadas, será o que estas pessoas pensam, imaginar que um Prefeito cancela, rompe um contrato legítimo com uma empresa para algo tão importante, que é a segurança da cidadania, do povo desta cidade? Sugiro ao empresário Alexandre Schmitz, da Ótica Santa Luzia, e às suas duas colaboradoras que foram humilhadas, às vésperas do Dia das Mães, que elas e ele procurem os seus direitos na Justiça. Não, talvez, o direito material, do que foi roubado, mas muito mais: o direito como cidadão. Porque, com certeza, o abalo emocional, o abalo psicológico destas duas mulheres, da forma como foram tratados pelos bandidos, com certeza o abalo é muito grande. Isto merece sim uma reparação, mas não cobrem de nós, cidadãos, não cobrem esta dívida de nós, população do Município, mas cobre sim do Senhor Paulo Azeredo, porque ele é o responsável por isto tudo que está acontecendo. Ele é o responsável, ele tem que responder e tem que indenizar moralmente estas pessoas, porque o Município tinha um contrato. Se lá tivesse a câmera, Vereadora Rose, com certeza os bandidos não iriam assaltar. Com absoluta certeza, eles iriam ser flagrados por aquela câmera e se saíssem da cidade, por no mínimo mais uma ou duas câmeras, eles não teriam mais por aonde ir se esconder. A Brigada, com o videomonitoramento lá no Quinto Batalhão de Polícia Militar, iria detectar para aonde que eles foram, iriam ser presos na hora, jamais iriam assaltar, com absoluta certeza. Muitos assaltos, como roubos de veículos, não estariam mais acontecendo em nossa cidade. Peço ao cidadão montenegrino: é preciso a mobilização! *Em aparte, o Vereador Márcio Müller*: Temos mais um agravante agora na Copa, em que mais da metade do efetivo do Pelotão de Operações Especiais–POE eu acho que vai se mudar para Porto Alegre. Isto aqui vai ficar uma terra solta, terra de ninguém. *O orador retoma a palavra*: Infelizmente, nós cidadãos montenegrinos precisamos nos preparar. Como disse no Jornal Ibiá uma cidadã do bairro Aeroclube: "Eu me sinto preso dentro da minha casa". Mesmo com grades, vimos exemplos, não temos mais segurança. O videomonitoramento, cada câmera, isto é estatístico, ela faz o que vinte PMs (Policiais Militares) fazem. Uma câmera, e eram treze. Multipliquem isto por vinte: quantos PMs teríamos nas nossas ruas, precisaríamos nas nossas ruas para compensar as vinte câmeras. *Encerrada a Hora dos Oradores, o Presidente determinou que se prosseguisse a Sessão com a Ordem do Dia, pedindo ao Secretário que fizesse a leitura da matéria a ser votada.* 1. *Pedido de Informação n.º 119/14, dos Vereadores Renato Kranz e Rosemari Almeida:* Diante resposta a pedido de informação de que não houve compra de vaga (Educação Infantil) na rede particular com fins lucrativos em 2013 e que houve redução de R$ 55.493,60 do valor bloqueado pela Justiça: houve desbloqueio desses R$ 55.493,60? Se houve, anexar decisão judicial. Se não houve, informar de que forma foram investidos. *Em discussão, o Vereador Márcio Müller:* Interessante o pedido de informação, tendo em vista que, por duas vezes, nós fizemos já o pedido de informação e duas vezes eles não nos responderam a

contento. Pela primeira vez acho que responderam em três linhas e pela segunda vez deram algumas informações, mas não aquela que estamos perguntando. Então, parabéns ao pedido de informação. *Vereador Renato Kranz:* Quando recebemos a resposta ao pedido de informação anterior, e este pedido de informação agora busca complementação das informações, lá o governo dizia também que não tinha adquirido vagas na educação infantil em escolas de educação infantil privada, particular, com fins lucrativos, mas que havia, sim, um bloqueio de cento e cinquenta e seis mil, duzentos e setenta e quatro reais, com cinquenta e oito centavos, das contas do Município, por ações judiciais. Ora, o bloqueio da ação judicial, do recurso, é para a família poder, com esse recurso, contratar uma creche particular, ela, a família, buscar a vaga. O governo agora respondeu que, daqueles cento e cinquenta e seis mil, estão ainda bloqueados cem mil, setecentos e oitenta, e novena e oito. Ora, há uma diferença de cinquenta e cinco mil, quatrocentos e noventa e três. Se não comprou vaga, onde está o dinheiro? Onde foi parar, por que foi gasto cinquenta e cinco mil, quatrocentos e noventa e três reais, com sessenta centavos? É isso que queremos saber. Então, as mães compraram vagas ou elas embolsaram o dinheiro? Alguém ficou com esse dinheiro. É isso que queremos saber. Ou a Justiça desbloqueou, e aí, sim, nós queremos saber. Se houve desbloqueio, documento da Justiça que fez o desbloqueio. **Aprovado por nove votos.** 2. *Pedido de Informação n.º 120/14, do Vereador Renato Kranz:* Quanto à abertura, em 2013, de crédito especial para devolução, ao Governo do Estado, de recurso destinado à aquisição de equipamentos e materiais para o Centro de Convivência do Bairro Senai-PPV, cuja mensagem justificativa do projeto informou ter encaminhado plano de trabalho à Secretaria Estadual de Saúde para aquisição de equipamentos, em substituição ao devolvido, no valor de R$ 195.000,00: o Município já recebeu esse valor? Caso afirmativo, os equipamentos já foram adquiridos? *Em discussão, o Vereador Renato Kranz:* Todos nós estamos lembrados da devolução de sessenta e um mil, novecentos e vinte e oito reais, com onze centavos, no ano passado, projeto de lei aqui aprovado, por esta Casa, por seis votos. Eu fui um dos Vereadores que votei contra a devolução do dinheiro, mas havia, naquele momento, promessa do governo – e está no processo – de que o Executivo já havia encaminhado, junto à Secretaria Estadual de Saúde, ofício e acertado, então, com o secretário da época, Ciro Simoni, que ele, em vez de sessenta e um mil, novecentos e vinte e oito reais, com onze centavos, enviaria para o Município cento e noventa e cinco mil. Então queremos saber. Porque o PPV não tem nenhum equipamento lá, que estava no plano de aplicação. Veio esse dinheiro? Foi comprado o equipamento? O que foi feito? Ou aquele ofício dizendo que havia acertado com o Secretário Ciro Simoni que o Estado repassaria cento e noventa e cinco mil foi para convencer os Vereadores a devolver o dinheiro? Isso, precisamos saber, por isso esse pedido de informação. Está fundamentado nisso, queremos saber a verdade. Nós sempre precisamos saber a verdade. Qual é a verdade? **Aprovado por nove votos.** 3. *Pedido de Informação n.º 121/14, do Vereador Renato Kranz:* Segundo

informações, servidores da SMVSU (Secretaria Municipal de Viação e Serviços Urbanos) foram executar trabalho na rede de esgoto junto às futuras instalações da indústria Fujikura Procable e os técnicos de segurança da empresa exigiram o uso de EPIs (Equipamentos de Proteção Individual), como capacete. Os servidores, não possuindo os equipamentos, esses foram emprestados junto a uma empresa privada. Procede tal informação? Por que os servidores não os possuem? Existe processo para aquisição? Existe parecer ou solicitação do Técnico de Segurança do Trabalho da Prefeitura? **Aprovado por nove votos.** 4. *Pedido de Informação n.º 122/14, dos Vereadores Carlos E. de Mello e Rosemari Almeida:* Tendo em vista que as obras de um posto de saúde no bairro Santo Antônio já iniciaram e o prédio cedido pelo Senhor José Henrique Scalabrini no início de 2013 continua sem uso: qual o andamento dado ao assunto? Foi assinado o termo de permissão de uso? A chave do prédio continua em poder do Senhor Prefeito? Por que o imóvel ainda não está sendo utilizado e por qual motivo não foi dado nenhum retorno ao proprietário? *Em discussão, o Vereador Carlos E. de Mello:* Senhor Presidente, colegas Vereadores, Vereadora Rose, os servidores da Casa, as pessoas que nos acompanham na noite de hoje, a imprensa. Pois olha, as pessoas que prestaram atenção na leitura do Secretário já viram que a situação é bastante daquelas que muito nós temos escutado, temos visto no nosso Município no último ano. Já fez aniversário que a chave desse prédio está em poder do Senhor Prefeito, e ele se interessou muito nesse prédio para colocar o posto de saúde naquele local. Nos causa estranheza que hoje já está em construção o novo prédio, um posto de saúde em outro local, e a chave do prédio esse que estava em cedência, do Senhor Scalabrini, ainda está com o Senhor Prefeito. Segundo as informações do proprietário, já foi diversas vezes no Executivo buscar a chave do prédio, que não está sendo utilizado, não teve êxito, não conseguiu a chave. Por esse motivo fizemos esse pedido de informação, para que seja respondido como está a situação. Pedimos o apoio de todos. *Vereadora Rosemari Almeida:* Senhores Vereadores, pessoas que nos assistem neste momento, não usei a Tribuna, os saúdo neste momento então. É preocupante a situação deste cidadão que, por livre e espontânea vontade, coloca à disposição do Senhor Prefeito um prédio em perfeitas condições de abrigar um posto de saúde. Localizado no bairro Santo Antônio, que há tanto tempo pede um posto de saúde. O cidadão esteve aqui no ano passado, quando esta Vereadora era presidente, e trouxe para nós o assunto. Eu pedi que ele fosse até o Prefeito, que esta parte depende do Senhor Prefeito. E ele foi. Ele colocou à disposição da Prefeitura gratuitamente, disse que deixaria quanto tempo fosse necessário, sem pagar nada e utilizar o prédio. Informou que o Prefeito mostrou interesse, que daria uma resposta. Até hoje o cidadão espera resposta e até hoje, parece, espera a chave, porque a chave do prédio ficou com o Senhor Prefeito. Queremos saber se isto é verdadeiro, se ainda está em poder do Prefeito a chave do prédio, o que aconteceu. É só olhar as fotos, como era o estado de conservação daquele prédio e que agora sofreu ação de vândalos, que picharam e estragaram todas as paredes, sem que o proprietário possa ingressar

naquele local. Notícias que temos: que já estão iniciando um posto de saúde, uma obra, e este cidadão, que queria socorrer a Prefeitura, socorrer a comunidade, dando atendimento na saúde, que é a área que mais nos preocupa, ele não teve sequer uma resposta. Então nós estamos usando a ferramenta que nós temos como legisladores, representando a comunidade, para saber o que é que aconteceu. *Vereador Márcio Müller:* Senhor Presidente, demais Vereadores. Parabenizar os Vereadores Carlos Einar e Rosemari pelo pedido de informação, até porque o Prefeito, desde o início do seu governo, se gaba tanto de economia e, no momento que ele pode economizar, usando um prédio doado pela boa vontade de um cidadão montenegrino, ele não economiza. Poderia ter economizado. É muito interessante este pedido de informação, poderia estar lá já funcionando o posto de saúde há muito tempo, mas infelizmente isso não ocorreu. *Vereador Ari Müller:* Não conheço o prédio. Agora, nós todos sabemos que um prédio para instalar um posto de saúde tem as exigências que têm que ser cumpridas. Será que esse prédio tem a capacidade, tem tudo que um prédio para instalar um posto de saúde, os requisitos? Alguém dos senhores foi olhar? Acho que não é questão de economia, Vereador Márcio, de ter de economizar. Se esse prédio não comporta a instalação do posto de saúde, claro que não pode ser instalado. Se o Prefeito instala vocês reclamam que ele instalou inadequado. Se esse prédio não foi ocupado é porque certamente os requisitos são insuficientes. Todos sabem que o prédio na Santo Antônio está sendo construído. Agora, vão dizer que os vândalos picharam só porque a chave está na Prefeitura? Ora, gente. Por favor, né?! Se alguém agora vai pichar um prédio é porque a Prefeitura tem a chave do prédio? *Vereador Gustavo Zanatta:* Senhor Presidente, Vereadora Rose, colegas Vereadores, pessoas que nos assistem neste momento. Lembro que o proprietário do estabelecimento falou que faria todas as adequações possíveis para que fosse feito este posto. Quero parabenizar vocês ao pedido de informação e espero que a resposta venha de forma coerente para que a gente possa tomar uma medida. *Vereador Renato Kranz:* Conheço bem o prédio, passo lá em frente todos os dias, no mínimo duas vezes por dia, é na Coronel Antônio Inácio, bairro Santo Antônio. Realmente é um prédio que precisaria de uma adequação, com absoluta certeza, para ter um posto de saúde, porque não tem nem acessibilidade. O prédio não tem acessibilidade para ser um posto de saúde, precisaria de uma adequação. Se o proprietário se prontificou em fazer as adequações necessárias... Agora, muito estranho – e aí eu acho que o pedido de informação tem muita procedência – que mais de um ano o Prefeito está com a chave desse prédio. Então, para o próprio cidadão, que é proprietário, ele teria que arrombar o seu próprio prédio, a sua porta, tem que pagar um chaveiro e arrombar a porta para poder entrar. Isso é estranho, né?! Contudo, acho importante também ressaltar que está sendo construído o posto de saúde no bairro Santo Antônio com recursos do PAC 2 (Programa de Aceleração do Crescimento), do governo federal, recursos esses ainda do governo Percival, conseguidos em Brasília, e que este governo, quando assumiu, nem sabia que existia. Nós aqui na Casa sabíamos e na primeira reunião

que fizemos com a então secretária Kellen, em junho de dois mil e treze, quando apresentamos para ela e dissemos que existia esse recurso, ela não sabia que existia esse recurso disponível. Esse recurso estava inclusive já disponível numa conta da Prefeitura, em dois mil e treze, mas o local não era para ser aquele onde está sendo construído. O local onde hoje está sendo construído o posto de saúde era para ser um ginásio. O posto de saúde era para ficar entre o bairro Santo Antônio e o bairro Panorama, na Ramiro Barcelos. Então esse também é um erro que esse governo está cometendo, em não atender as duas comunidades. **Aprovado por nove votos.** 5. *Requerimento n.º 53/14, dos Vereadores Rosemari Almeida, Renato Kranz e Marcos Gehlen:* Agendamento de reunião para tratar sobre a cedência de área para construção da sede da ASSDEFO (Associação dos Deficientes Físicos e Ostomizados). *Em discussão, a Vereadora Rosemari Almeida:* Como já foi lido, juntamente com os Vereadores Marcos Gehlen e Renato Kranz fizemos esse requerimento de reunião. Só para relembrar que na última sessão que o então vereador Claudimir participou nesta Casa, ele fez um requerimento de reunião para tratar do assunto do terreno para a Associação dos Deficientes Físicos. Dois dias depois ele faleceu e nós realizamos, no dia cinco de dezembro, então claro que sem a presença dele, mas nós, continuando com o requerimento que ele havia solicitado, realizamos a reunião. Participou daquela reunião, além dos Vereadores, o Senhor André Schoellkopf e, como foi relatado, este assunto que trata de uma área de terras para a ASSDEFO é datado de dois mil e onze o processo. Eles não localizam esse processo na Prefeitura. Durante a reunião falamos com o Juan, que então era o Secretário de Gestão e Planejamento, local onde está colocado pelo livro de protocolo, onde teria se encaminhado o último trâmite do projeto foi para aquela Secretaria. E eles não localizam o processo. Então, naquela reunião em cinco de dezembro, assumiram o compromisso de que mandariam para esta Casa um ofício dizendo como é que estava o processo. Passados quase seis meses, a ASSDEFO, que não tem uma sede, que se reúne na parte externa da Estação da Cultura – porque não tem mais sala disponível –, solicita que urgentemente se dê um encaminhamento a este assunto. Passados quase seis meses sem a resposta prometida nesta sala, entramos então com requerimento e queremos uma nova reunião, não vamos desistir desta cobrança, pela memória do nosso colega, que hoje não está mais conosco, Claudimir, e também em respeito à ASSDEFO, nós vamos descobrir onde está esse processo. *Vereador Renato Kranz:* Acho que, como a própria Vereadora Rose já se manifestou, e eu, de modo muito especial, preciso fazer essa luta pela ASSDEFO junto com os colegas Vereadores e com a própria Associação, porque cedi dezesseis dias do meu mandato para o Vereador Claudimir que, logo depois, no último dia do seu mandato, veio a falecer. Ele, na última sessão, fez o requerimento solicitando uma reunião, e nós fizemos a reunião. Esta luta para que a ASSDEFO tenha seu terreno e possa ter a sua sede será também luta nossa. Portanto, como portador de necessidade especial que sou, também luto e vou continuar lutando para que a ASSDEFO tenha a sua sede. Por isso estou junto

neste requerimento. Queremos, sim, que o Executivo faça cessão de uso dessa área. Essa área existe e está disponível junto ao Loteamento Luís Inácio, na rua ao lado do supermercado Super Porto, do bairro Timbaúva, rua José Nerci Mombach. Lá existe o terreno, só que o Executivo perdeu o processo. Então, que se abra um novo processo, se não for encontrado. Que se vasculhe as gavetas de secretários, de assessores, enfim, e que se procure esse processo. Isso, essa luta, com certeza será também de todos os Vereadores, porque é a luta de um colega nosso, do colega Claudimir, que durante tantos anos lutou para organizar a Associação e que merece, sim, o nosso trabalho, o nosso empenho, para que se consiga definitivamente espaço para que eles possam construir a sua sede. *Vereador Marcos Gehlen:* Primeiramente dizer que foi um belo ato a cedência do senhor para o Vereador Claudimir. Que bom que outros parlamentares pudessem fazer isso, porque já é tempo de se ter ciência de que o mandato não é do vereador, e sim pertence ao partido. É importante, ninguém se elege sozinho. É importante esse rodízio que acontece em alguns partidos. Para falar especificamente desta reunião que nós propusemos também, a acessibilidade é uma luta, uma bandeira de todos nós de longa data. Também já é tempo das administrações, em todos os níveis, entenderem que a inclusão das pessoas portadoras de necessidade especial é uma realidade urgente, emergente e que não é mais possível aceitar que não haja acessibilidade em uma cidade, seja pela questão da mobilidade urbana. A ASSDEFO é uma entidade pobre, sem fins lucrativos, que, via de regra, sobrevive da contribuição daqueles que entendem o trabalho de um galeto, de uma janta, de um almoço, de um bingo, enfim, mas que presta um serviço extremamente relevante para aquelas pessoas que necessitam. A luta do Claudimir, que foi um grande ícone nesta luta aqui em Montenegro, de fato não vai parar. Ela não vai parar, porque na pessoa da Presidenta Cíntia ela continua e penso que nas pessoas de cada um de nós que levanta esta bandeira da acessibilidade ela permanece. Esta reunião é uma reunião importante, mais uma reunião importante aqui do Legislativo, nós temos a confiança de que o Executivo se fará presente nessa reunião e nós chegaremos a um bom termo, digo com a cedência ou a continuidade daquilo que já vinha sendo tratado e que está entidade tão importante para o nosso Município possa ter uma casa para se reunir e para realizar ali as suas atividades que, com certeza, vai ampliar o leque de ações da ASSDEFO e beneficiar muito mais pessoas, tanto da cidade de Montenegro quanto da região do Vale do Caí, a qual ela já atende. *Vereador Joacir Menezes:* Cumprimentar os colegas Vereadores, as pessoas que acompanham o nosso trabalho na noite de hoje, os dois amigos agricultores, prazer em terem vindo à Câmara de Vereadores. Tenho certeza que virão outras vezes, porque aqui é a Casa do Povo. Tem alguns que estão acostumados já a vir aqui acompanhar o nosso trabalho. A Casa está sempre de portas abertas. Obrigado pela presença. É pertinente a vinda à tona do assunto da ASSDEFO, da sede. Essa reivindicação do Claudimir da ASSDEFO, o desejo dele, tenho certeza, é um desejo de todos nós na qualidade de vereador. Lembro desde o início, Claudimir dito publicamente que nós

tínhamos a parceria. Eu participei desde o início, desde o estudo, eu e ele intermediando, na época, eu era Líder de Governo, e também fazia muitas vezes a intermediação de algumas questões que dependiam ou precisavam ser encaminhadas à Administração. Lembro muito bem, eu, o Prefeito Percival, o Claudimir, por muitas vezes nos reunimos no sol ou na sombra, a Maria, Presidente da Associação, o... que é meu amigo, não lembro, o Presidente lá da Igreja também. Então havia lá naquele quarteirão da Associação terreno já preestabelecido por eles, aceito. Logo após até a canalização por intermediação nossa e do Senhor Prefeito que conseguiu, via governo do Estado, que essa máquina ficasse trabalhando por alguns dias lá na Associação para canalizar aquele córrego que tem nos fundos da sede da Associação do Bairro. Vejo que esse desejo, que era dele, é de todos nós, e tenho certeza que o Senhor Prefeito, sensível, nós já falamos inclusive, estava outro dia eu e o Líder de Governo, levantamos essa questão, falamos sobre o assunto da sede da Associação. Entendemos a importância da entidade, a carência que eles têm. O projeto que o Claudimir nos passou, nos relatou, a Associação na época, a ASSDEFO, e vislumbrava ali a instalação da sede. Portanto, quero continuar, como dizia o Claudimir, parceiro, não só dele como da ASSDEFO. Tenho certeza que nesse caminho, nessa estrada política, nessas dificuldades, nós todos seremos parceiros. E tenho certeza que o Senhor Prefeito também, sensível que é com essas questões, procurará atender, fazer dentro do que a lei permite. Inclusive a sede da Associação do Bairro Santa Rita é da Associação. Havia um mecanismo – e há, como ocorreu em outras circunstâncias – as associações ou a associação passa aquela área de terras para o Município, para o Município até então poder buscar verba, através de emendas parlamentares, e depois se faz a cedência por um longo tempo para a própria associação, para a comunidade usufruir. Existem os mecanismos legais, políticos e que poderá, com certeza, auxiliar essas entidades. Nós continuaremos, sim, sendo parceiros nessa empreitada. *Vereador Ademir Fachini:* Discuto dizendo, dando os parabéns aos Vereadores que estão provocando essa reunião, porque, enquanto secretário, o Claudimir me procurou e marcamos uma reunião com o Prefeito, na busca exatamente desse processo. O Prefeito entendeu que sim, que nós localizássemos o processo, e que tinha interesse em avançar nessa questão. Porém, entre tantas demandas, o tempo vai passando e não ocorreu ainda. Por isso que eu digo, e dou os parabéns a vocês que provocaram essa reunião, para que não se aguarde mais e se lute por esse espaço, que é digno sim da ASSDEFO. **Aprovado por nove votos.** *Terminada a Ordem do Dia, passou-se às Explicações Pessoais*. **Vereador Ari Müller:** Colegas Vereadores, Vereadora, demais presentes, a minha saudação. Especialmente aos dois senhores que, pela primeira vez, assistem nossa sessão da Câmara. E venham mais seguido! Eu até não iria usar a Tribuna, mas nós temos que refrescar algumas memórias. Videomonitoramento. Eu até fiquei surpreso quando aqui foi dito que cidades que têm câmeras não têm bandido. Que bom! Eu sou a favor do videomonitoramento. Eu cobro seguido, diversas vezes cobrei do Prefeito a

instalação das câmeras. Porque no ano em que fui presidente da Câmara, com o apoio de todos os vereadores, todos eram a favor à Câmara ceder uma verba, a Câmara dos Vereadores, para instalar as câmeras de videomonitoramento. Agora, se realmente isso é verdade, que não têm bandidos, vai ser muito bom, nós podemos dispensar nossos policiais. Para que polícia se não tem bandido? Vai ser muito bom para Montenegro a hora que essas câmeras estiverem instaladas. Só que eu acho que na prática não é bem assim, que se a gente abrir o jornal, eu leio todos os dias de manhã, na hora do café, o Correio do Povo, e eu vejo tanto assalto, mortes, principalmente assalto a posto de gasolina, nessas cidades que tem câmeras, essas cidades são iguais ou talvez muito maiores que Montenegro, muito maiores que aqui. Aqui acontece eventualmente um assalto, eventualmente. Fazia tempo, parece que há duas ou três semanas aconteceu um e agora o outro. Mas antes disso fazia mais tempo, né? Mas temos que evitá-los. Agora, assim, dizer que prefeito que não instala câmera é protetor de bandido... Então, considera-se uma coisa aqui, se isto é verdade, então o maior protetor de bandido em Montenegro chama-se Percival Souza de Oliveira, oito anos no governo e não instalou, isto que ele prometeu na primeira campanha dele, ele prometeu durante a campanha que no primeiro ano fazia a instalação das câmeras. Passou oito anos e não instalou. O Prefeito Paulo tem que instalar sim, se eu era a favor antes, eu sou a favor agora. Agora, se eu estive lá e não fiz antes, em oito anos, porque eu sou tão incisivo em cobrar agora? Tão incisivo. Vereador Renato, o senhor organizou aqui uma reunião com o Senhor Eleandro Canani, e o senhor se lembra muito bem, isso está gravado e isso está no Ministério Público (MP). O Senhor Eleandro, na última reunião aqui – depois ninguém mais organizou – disse que veio umas dez vezes a Montenegro para elaborar o projeto, e ele ganhou a licitação. Ele não poderia ter nem participado dessa licitação se ele elaborou o projeto. Ele elaborou o projeto para ele ganhar. Isso é totalmente irregular! Por isso foi revogada essa. Os senhores que estão assistindo pela JPTV têm que saber o que aconteceu, todos nós Vereadores sabemos disso aí, só não sabe quem não quer. "Eu vim umas dez vezes a Montenegro para elaborar esse projeto". "Ah" – diz o Prefeito Paulo – "o senhor veio para elaborar o projeto e ganhou a licitação". Isso está no MP. Eu fui chamado, aqui eu disse que houve superfaturamento no videomonitoramento. Eu fui chamado pelo Promotor Thomás e eu levei o orçamento rasurado. Orçamento de licitação rasurado! Isso é mais grave ainda. O Doutor Thomás me perguntou: "Como é que o senhor pode afirmar que existe superfaturamento?" Pequei o orçamento e mostrei para ele: "Doutor, aqui tem um vídeo, que na loja custa mil e quinhentos reais, e aqui está por quatro mil e quinhentos reais, se isso aqui não é superfaturamento, o senhor me diz o que é isso aqui". Ele olhou, olhou, olhou. Eu disse ainda: "E, além disso, o senhor que elaborou o projeto ganhou a licitação, isso dito por ele e está gravado." "Vereador, o senhor me consegue a gravação disso?" "Consigo, está lá." Eu ainda perguntei: "Doutor, se isso aqui não é superfaturamento, o que é isso?" Ele até agora não respondeu. Porque ele viu que realmente estava superfaturado, estava rasurado e,

que essa rasura aqui, isso aqui é ilícito. "É, Vereador, isso aí nós vamos averiguar". Está aí a resposta por que não foi, não saiu o videomonitoramento. Agora será que nós vamos ter que vim dizer isso aqui trezentas, quatrocentas, quinhentas vezes aqui? Isso é a realidade dos fatos. O povo quer político sério, existe político sério hoje, muito sério, preza pela boa aplicação do dinheiro público. Errou? Errou. Não vou dizer que fez tudo certo, não. Teve erros. Mas está tentando corrigi-los. Agora, lá não passa, esse orçamento, esse projeto que foi feito com essa rasuras, tudo, isso lá pela Prefeitura não passa, gente. O povo quer político sério e hoje tem um político sério lá. Espero que hoje tenha sido a última vez que eu tenho que vir aqui para refrescar a memória de alguns. Se fizeram, fizeram errado, não poderia ter sido feito assim, isso é a realidade dos fatos. **Vereador Márcio Müller:** Senhor Presidente, demais Vereadores, pessoas que nos acompanham até o presente momento. Dizer ao Vereador Joacir que o problema do esgoto, lá da rua Vereador João Vicente, não foi consertado ainda, Vereador. Está com problema ainda. Então, se o senhor pode dar uma mãozinha, é na frente da casa da Marili Dias. Dizer ao Vereador Ari que o grande problema da criminalidade do país, hoje, é a impunidade. Por que as pessoas, os bandidos, cometem crimes? Muitas vezes, baseado na impunidade, eles têm certeza que não serão reconhecidos e condenados. No momento que tiver o videomonitoramento vão ocorrer assaltos ainda, mas não terá mais a dita impunidade, eles serão reconhecidos e punidos. Essa é a grande diferença, é aí que está o medo do bandido: de ser reconhecido. Então, por isso que é necessário o videomonitoramento. Nós temos absoluta certeza também, eu tenho absoluta certeza que o Vereador não é contra o videomonitoramento, até porque ele participou de diversas reuniões para trazer o videomonitoramento para Montenegro, mas que, infelizmente, houve esse problema no governo dele, que rescindiu o contrato alegando superfaturamento, alegando, inclusive, direcionamento de licitação. Então, isso é importante, por isso a importância da CPI hoje, para verificar se houve mesmo superfaturamento nesse contrato realizado ainda do tempo do Percival e também se houve superfaturamento, e também o que existiu mais, o que existiu? Eu vou pedir para o Senhor Presidente, já esta semana, mandar degravar a reunião que nós fizemos, todas as reuniões que nós fizemos aqui com videomonitoramento. Degravar para fazer parte do processo, dos autos. Fazer um ofício ao MP requerendo cópia, se foi instaurado inquérito civil para investigar esse fato do videomonitoramento. Também solicitando cópia do inquérito civil, para ver o que o MP apurou até o presente momento. Também vamos fazer uma pesquisa, o Assessor João, para ver se tem alguma ação indenizatória dessa empresa que foi chutada ou enxotada de Montenegro, se tem algum processo indenizatório contra o Município, também para anexar a esses autos da CPI. Correto? Também dizer, por final, que os tipos de convite que o Executivo tem mandado aqui para a Câmara não estão à altura do Poder Legislativo. Convite para os cento e quarenta e um anos do município de Montenegro, por telefone, no dia do evento. Também convite por telefone para participar da inauguração de uma obra que foi iniciada no seu governo. Então, que

não se repitam mais convites por telefone, se faz convite por escrito ao Poder Legislativo, que é um Poder independente e sério. **Vereador Renato Kranz:** Senhor Presidente, colegas Vereadores, imprensa, pessoas que nos assistem e que estão aqui ainda, colegas Vereadores, Vereador Ari Müller, o senhor vai ficar com certeza ouvindo muito ainda sobre videomonitoramento, mas muito, porque eu quero que seja incluído Vereador Márcio, no requerimento da CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito) o seu mandato como Presidente desta Casa seja investigado, aquele recurso que o senhor sempre disse que a Câmara queria repassar para uma empresa fazer o videomonitoramento, a Câmara direto com uma empresa, isso tem que ser averiguado si senhor, porque nós vamos ouvir, não lhe dou e nem lhe concedo a aparte, nós vamos sim ouvir pessoas que testemunhas, provas testemunhal do interesse que havia ali, que o senhor tinha interesse sim. Eu sei qual era o seu interesse e com quem o senhor estava fazendo a negociata, isso nós vamos averiguar, isso tem que estar sim, eu quero que a questão do videomonitoramento não se inclua a partir da licitação e do projeto, que não foi feito por aquele que ganhou, mas sim por um cidadão, Vereador Marcos Gehlen, o senhor conhece muito bem o Prefeito Jairo Jorge do município de Canoas; que lá sim o videomonitoramento funciona e foi feito pro este cidadão, este empresário que foi contratado por menos de quinze mil reais, fez aqui em Montenegro o projeto de videomonitoramento. O que estou sabendo é que o projeto é de complementação deste que é videomonitoramento e que serão algumas Câmeras, sorria você está sendo filmado, vai custar mais de trinta mil reais; projeto de complementação daquele que custou menos de quinze e que é um projeto técnico de altíssima qualidade. Mas Vereador Márcio, na semana passada o senhor ocupou esta Tribuna, quando ocupou esta Tribuna o senhor falou de peculato e entrou um pedido de informação semana passada a respeito de um saque de um alvará judicial; durante a semana fiquei pensando sobre isso, peculato, tentando entender o que é isto? Como funciona isso? Eu não trabalho na área financeira, área contábil, eu não conheço, como funciona o alvará, como funciona isso? Nós temos aqui dois colegas Vereadores, Vereador Roberto Braatz e Vereador Ari Müller que trabalham no Banco do Brasil, trabalham em uma instituição financeira, talvez eles possam nos ajudar a entender como funciona, por exemplo, se uma instituição financeira um empregado, um colaborador, um funcionário de um banco ele ao invés de depositar aquilo que o cliente coloca na boca do caixa ele fica pra ele; o que o Banco faz com estas pessoas? Ele abre um processo? Isso eu gostaria de entender, quem deveria averiguar isso na verdade? Não seria a própria Secretaria da Fazenda do Munícipio se o dinheiro não entrou nos cofres do Munícipio? Então é uma preocupação que nós, a Câmara precisa ter neste momento e isso é muito sério, porque o que o Vereador Márcio levantou aqui sobre o peculato é algo extremamente preocupante. Porque o peculato é se apropriar de dinheiro público, parece que este é o sentido jurídico e penal, é um crime, apropriar do dinheiro público, se isto realmente aconteceu, mas eu tenho outra dúvida, acho que o Vereador Ari pode nos ajudar se por exemplo, o servidor

buscou o dinheiro, ficou com ele o dinheiro e depois ele se arrepende e quer devolver, Vereador Márcio, termina a punição? Como funciona isso dentro da instituição financeira e pública? *Em aparte, o Vereador Márcio Müller:* Daí é uma questão jurídica, é um arrependimento eficaz e a desistência voluntária, pode diminuir a pena no caso. Única coisa que pode acontecer, o crime já foi cometido, se é que não foi devolvido o dinheiro já foi cometido, se devolver pode ocorrer o arrependimento, se caso não a justiça vai decidir, se houve a desistência do acometimento do crime a justiça vai decidir, pode baixar a pena inclusive, pode ocorrer um perdão no caso. Isso é a justiça que decide. *O orador retoma a palavra:* Então vamos aguardar a resposta do pedido de informação e aí acho que a Câmara de Vereadores deve tomar todas as providências necessárias para que se realmente aconteceu, que seja punido as pessoas que cometeram o tal do peculato que eu não conhecia e foi introduzida aqui na Casa, peculato. *Encerradas as Explicações Pessoais,* o Presidente convidou os Vereadores para reunião da Comissão Geral de Pareceres na terça-feira, às oito horas e trinta minutos, e para sessão ordinária na quinta-feira, às dezenove horas, encerrando a presente sessão às vinte e uma horas e um minuto, lavrando para constar esta ata. *Sala de Sessões, 15 de maio de 2014.....*

Ver. Marcos Gehlen
1.º Secretário

Ver. Renato Antonio Kranz
Presidente